

A DOMINAÇÃO MASCULINA¹

Maria Cristina Moreira Palma²

A obra de Bourdieu inscreve-se em um contexto histórico de final de um século marcado por grandes avanços no conhecimento, por conquistas de direitos humanos e sociais mas com muitos atrasos e dívidas no desenvolvimento da igualdade humana.

A mulher, nos estudos que analisam a sociedade e o mundo familiar em diferentes momentos históricos, tem marcado sua presença em sua ausência. Não é foco de atenção, não fala, nem dela se fala. Esta é uma posição natural, decorrente de discursos que têm sido produzidos a partir de uma suposta desigualdade entre o homem e a mulher, baseada na existência de valores distinto entre os sexos, que fazem do homem o ser valorado.

Entretanto, a atuação da mulher, em dados momentos históricos, tem sido fundamental para novas visões e posturas sociais relacionadas às diferenças de gênero.

Encontra-se em Bourdieu a noção de gênero como elemento constitutivo da construção histórica, na qual a desigualdade entre os sexos é resultante de uma construção que gera e mantém sistemas, formas e significados aos quais são atribuídos valores distintos que servem para propósitos determinados.

A cultura se viabiliza e perdura através do processo de socialização. Dessa forma, conforme Bourdieu, as instituições família, escola, igreja e Estado, são responsáveis pela reprodução das relações de dominação, opressão, violência e desigualdade entre os sexos.

¹ A dominação masculina, de Pierre Bourdieu. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio, Bertrand Brasil, 1999.

² Advogada. Mestranda em Desenvolvimento Social

A família tem um papel determinante na reprodução não só biológica, mas também na estrutura do espaço social e das relações sociais. É de sua responsabilidade a reprodução do capital social e simbólico que ocorre no interior de um conjunto de relações eminentemente impregnada de afeto, tenham eles uma dimensão positiva ou negativa.

A escola, por sua vez, é responsável pela transmissão do capital escolar que capacita para o mundo do trabalho. Define em suas práticas tanto o conhecimento necessário, como o trabalho apropriado conforme o gênero, pois uma vez que conhecimento e poder se inter-relacionam, se faz necessário uma divisão de saberes entre o sexo dominante e o sexo dominado.

Dessa forma, ao masculino caberá o exercício de atividades mais qualificadas e ao feminino o exercício de atividades menos qualificadas. Como na sociedade capitalista a qualificação do trabalho realizado é elemento constitutivo na construção da identidade social dos sujeitos, à mulher tem cabido sempre a incapacidade, a incompetência e a fragilidade.

Ainda ao Estado cabe a responsabilidade de inscrever nas normas sociais os princípios fundamentais de uma visão androcêntrica da sociedade e à igreja, “a inculcação de uma moral familiarista, dominada pelos valores patriarcais e pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.” (p.103)

Bourdieu aponta que é preciso uma revisão, um questionamento sobre estas condições históricas das relações entre os sexos.

Instiga à descoberta de contradições e de espaços de libertação e de novas balizas que não reproduzam a dominação. Estas devem ser estabelecidas no interior das instituições responsáveis pela reprodução da diferença entre os sexos.

Não é somente na perspectiva da denuncia de como a mulher, seu corpo, sua sexualidade e os papéis sociais que lhe foram atribuídos foram alvo predileto dos mecanismos do poder que a obra de Bourdieu evidencia seu valor, mas principalmente por possibilitar a percepção de que a distribuição do poder e a apropriação do saber, pode inverter-se, modificar-se, diante de novas situações que devem ser fomentadas nas instituições sociais. E este parece que deve ser o papel da mulher.